

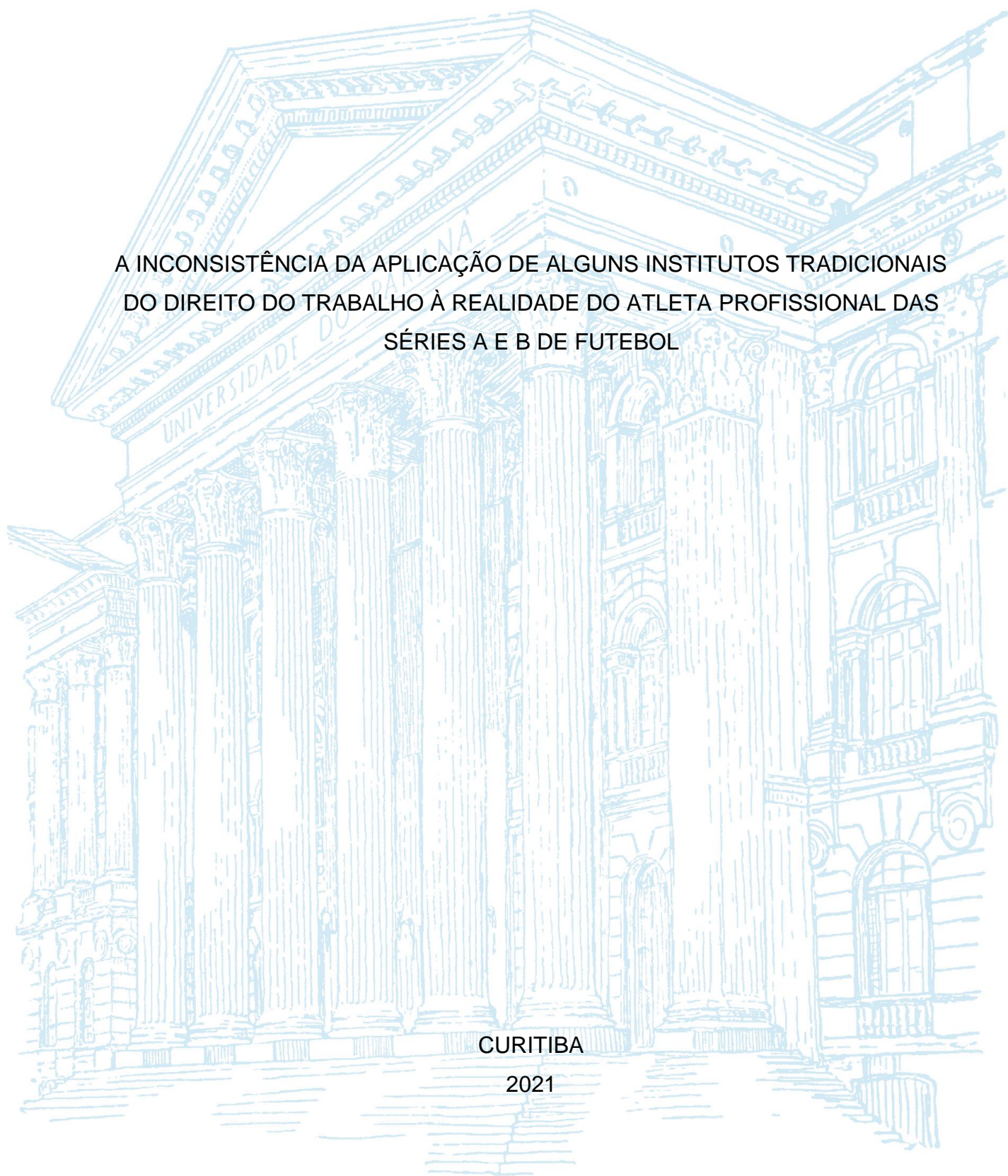
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

AMYR ASSAF DE MACEDO

A INCONSISTÊNCIA DA APLICAÇÃO DE ALGUNS INSTITUTOS TRADICIONAIS  
DO DIREITO DO TRABALHO À REALIDADE DO ATLETA PROFISSIONAL DAS  
SÉRIES A E B DE FUTEBOL

CURITIBA

2021



AMYR ASSAF DE MACEDO

A inconsistência da aplicação de alguns institutos tradicionais do direito do trabalho à realidade do atleta profissional das Series A e B de futebol

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Graduação em Direito, Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Direito.

Orientador(a): Prof(a). Dr(a). Marco Aurélio Serau Junior.

CURITIBA

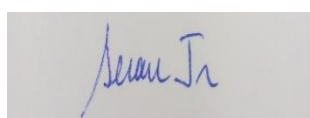
2021

## TERMO DE APROVAÇÃO

A INCONSISTÊNCIA DA APLICAÇÃO DE ALGUNS INSTITUTOS TRADICIONAIS DO DIREITO DO TRABALHO À REALIDADE DO ATLETA PROFISSIONAL DAS SÉRIES A E B DE FUTEBOL

AMYR ASSAF DE MACEDO

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção de Graduação no Curso de Direito, da Faculdade de Direito, Setor de Ciências jurídicas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:



---

Marco Aurélio Serau Junior  
Orientador

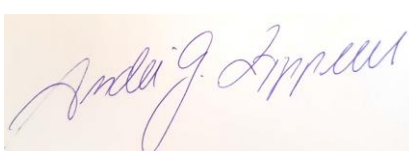
---

Coorientador



---

Domingos Sávio Zainaghi  
1º Membro



---

André Gonçalves Zipperer  
2º Membro

Este trabalho é dedicado ao Grupo de Direito Desportivo da UFPR por seu resiliente esforço, desempenho e qualidade. Por sua coragem em ousar o novo mesmo sem um ramo estabelecido. Dedico também aos meus familiares e amigos por estarem presentes nos momentos mais importantes da minha trajetória.

## **AGRADECIMENTOS**

O primeiro agradecimento é sem sombra de dúvidas a minha família que me possibilitou estar no lugar que hoje ocupo e com quem quero dividir meus feitos e glórias. É por vocês que toda batalha vale a pena.

Em segundo lugar, ao meu nobre amigo e tutor na área do direito desportivo, Dr. Guilherme Cônsul Charles que sempre me incentivou e colaborou para desenvolver pesquisas e projetos na área. Outrossim, é o fundador do Grupo de Direito Desportivo da UFPR e grande responsável pela existência de trabalhos como este.

Adiante, agradeço aos Drs. Roberto de Palma Barracco, Danielle Maiolini Mendes e Victor Targino de Araújo pelas indicações de leitura e pelos acessos aos processos analisados no presente trabalho.

Ao meu orientador, Dr. Marco Aurélio Serau Junior, meu eterno agradecimento por embarcar neste tema e me apoiar sempre que necessário com esclarecimentos adicionais e explicações que tornaram mais clara a minha compreensão.

Por fim, aos meus amigos que rechearam os últimos 5 anos de momentos inesquecíveis e que sempre estiveram ao meu lado, tornando material o verdadeiro sentido da palavra amizade.

“Há, todavia, que saber resistir a um fenómeno que se pode revelar igualmente muito negativo, que é a incompreensão da realidade laboral desportiva através da adopção de soluções do direito laboral comum, ou da utilização dos seus quadros mentais, por vezes completamente desajustados ao direito laboral desportivo. Ao legislador e ao intérprete não basta terem sensibilidade laboral, é preciso terem sensibilidade desportiva. O mesmo é válido para o juiz do trabalho. O esforço exigido a todos é por isso acrescido. Tudo isto implica que o intérprete deva procurar as soluções jurídicas adequadas à realidade laboral desportiva, despindo necessariamente a camisola do direito laboral comum, pensado para outro tipo de trabalhadores e de realidade. Se este esforço não for empreendido não temos dúvidas de que as soluções encontradas serão completamente desfasadas das necessidades da vida prática e revelarão perniciosa incompreensão do fenómeno desportivo.” (BAPTISTA, **ALBINO MENDES. DIREITO LABORAL DESPORTIVO – ESTUDOS. VOLUME I, ED. QUID JURIS. LISBOA, 2003**),

## RESUMO

O presente trabalho abordará o direito desportivo trabalhista, a luz de institutos tradicionais de direito do trabalho e de casos práticos recentes com relevância singular. Visando trazer um pouco mais de pragmatismo ao folclórico mundo do futebol e ao teórico mundo do direito, abordará as consequências de decisões judiciais no meio do esporte. Será colocada a prova a ideia do atleta profissional de futebol das séries A e B como um empregado hipossuficiente e ao final apresentará uma proposta de solução mais harmônica, capaz de servir como baliza para os demais casos práticos reais. Entendendo as relações de trabalho como produtos econômicos, sociais e políticos, abordará as inúmeras esferas que envolvem o meio profissional desportivo atento as suas especificidades. Abordará ainda temas constitucionais como a autonomia desportiva.

Palavras-chave: Direito Desportivo. Casos reais. Institutos Tradicionais do Direito do Trabalho. Caso Paulo André. Consequência Jurídica da Decisão. Especificidade do direito desportivo. Autonomia desportiva.

## **ABSTRACT**

The present work will address sports labor law, in the light of traditional labor law institutes and recent practical cases with singular relevance. In order to bring a little more pragmatism to the folkloric world of football and the theoretical world of law, it will address the consequences of judicial decisions in the middle of sport. The idea of the professional soccer athlete of series A and B as a low-income employee will be dismissed and at the end he will present a proposal for a more harmonious solution, capable of serving as a goal for the other real practical cases. Understanding labor relations as economic, social and political products, he will address the countless spheres that involve the professional sports environment aware of their specificities. It will also address constitutional issues such as sports autonomy.

Keywords: Sports Rights. Real Cases. Traditionals Institutes of the Labor Rights.

Paulo André Case. Legal Consequences of the Decision. Specifies of the sports law. Sports autonomy.



## **LISTA DE ABREVIATURAS OU SIGLAS**

- DD - Direito Desportivo
- CBF - Confederação Brasileira de Futebol
- Cf - Constituição Federal
- CLT - Consolidação das Leis do Trabalho
- TRT - Tribunal Regional do Trabalho
- TST - Tribunal Superior do Trabalho
- DSR - Descanso Semanal Remunerado
- RSR - Repouso Semanal Remunerado
- PJ - Poder Judiciário
- FIFA – Federação Internacional de Futebol
- LINDB – Lei de Introdução as Normas do Direito Brasileiro
- RGPS – Regime Geral da Previdência Social
- TV - Televisão

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>26</b>
<b>2 O OBJETO DE ALGUNS INSTITUTOS TRADICIONAIS DO DIREITO DO TRABALHO .....</b>	<b>28</b>
2.1 O ADICIONAL NOTURNO .....	29
2.2 A INSALUBRIDADE .....	ERROR! BOOKMARK NOT DEFINED.30
2.3 O DSR .....	3Error! Bookmark not defined.
<b>3 A QUESTÃO DA LEI PELÉ E A ESPECIFICIDADE DO SISTEMA DESPORTIVO.....</b>	<b>32</b>
3.1 A ADMISSÃO DO CONTRATO DESPORTIVO DO TRABALHO COMO CONTRATO ESPECIAL.....	24
3.2 A POSSÍVEL INFLUÊNCIA DO PJ NA AUTONOMIA DESPORTIVA GARANTIDA PELO 217 DA CF .....	27.
<b>4 OS CASOS MAICON E PAULO ANDRÉ E A CONTRADITÓRIA IDEIA DO JOGADOR COMO EMPREGADO HIPOSSUFICIENTE.....</b>	<b>57</b>
4.1 A APRESENTAÇÃO DOS DOIS CASOS.....	36
4.2 A INCONSISTÊNCIA DAS DECISÕES E DO CERNE DOS INSTITUTOS.....	37
4.2.1 O adicional noturno e o caso Maicon.....	37
4.2.2 O DSR e o caso Paulo Andre.....	40
4.2.3 A insalubridade e a decisão do TST.....	42
<b>5 PAPEL DO JUIZ COMO MEMBRO DA ORDEM ECONÔMICA/CONSEQUÊNCIAS DAS DECISÕES JUDICIAIS.....</b>	<b>50</b>
5.1 A NECESSIDADE DE SE PENSAR NAS CONSEQUENCIAS DAS DECISÕES JUDICIAIS .....	51
5.2 OS PREJUÍZOS QUE PODEM SER OCASIONADOS AOS ATLETAS E AO ESPORTE EM AMBOS OS CASOS PRATICOS ANALISADOS.....	53
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>56</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>58</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem a ousadia de trazer e enriquecer o Direito Desportivo na Academia. Produto de jovens inquietos que buscaram converter seu sonho em profissão e acabaram tornando algo maior do que imaginavam, aliou-se com decisões importantes e polêmicas na justiça do trabalho envolvendo o mundo da bola, buscando então esclarecer alguns pontos e conectar os tão opostos mundos teórico-jurídico com o fático-desportista.

A provocação fática desta pesquisa foram as decisões judiciais envolvendo os atletas de futebol Paulo André x Sport Clube Corinthians Paulista e Maicon x São Paulo Futebol Clube. Estas acabaram por analisar simplesmente o mundo do Direito tradicional, mas não o seu entorno e suas repercussões práticas e muito menos suas especialidades e profundidades.

E versando sobre direito tradicional, é preciso ressaltar os axiomas principiológicos do direito de trabalho – principal direito tradicional envolvido nesta pesquisa - tais como proteção ao empregado, condição mais benéfica e o da norma mais favorável. Ambos são valores intrínsecos ao nosso direito laboral desde sua concepção e orientam em grande parte a atividade judiciária brasileira. Em grande medida são atores do reequilíbrio da relação jurídica existente entre empregador e empregado e foram desta forma utilizados no julgamento dos casos motivadores desta pesquisa. Discutiremos adiante se de maneira adequada ou não com a devida justificativa.

E pela adoção deste sistema tradicional de pensamento judiciário é que saltou aos olhos de qualquer envolvido no ramo desportivo a aparente incompatibilidade dos conteúdos decisórios ao Universo fático do futebol e do direito desportivo. Em resposta, o presente trabalho se embebe da missão de estudar as decisões, seus direitos materiais e as atividades práticas, conectando-lhes de maneira harmônica.

Vale ressaltar que o preparo desta monografia envolveu uma robusta pesquisa em manuais de direito do trabalho, direito desportivo do trabalho, análise de ações judiciais, debate com profissionais da área Desportiva, Direito comparado e por fim, a consolidação de tudo de maneira formal, inovadora e conciliadora.

Outrossim, é preciso sempre atentar-se ao recorte feito no objeto desta pesquisa, qual seja: o universo dos jogadores das séries A e B do futebol brasileiro. Este recorte é de sobremaneira importante, pois quando se aborda o futebol brasileiro é necessário

entender as suas diversas facetas. Generalizar os atletas é medida incompatível ante o abismo existente entre atletas do primeiro e segundo escalão e os demais atletas. E tal diferença também se replica à realidade dos clubes de futebol, tendo cada divisão uma condição singular de organização, remuneração, estrutura, logística e outros tantos fatores.

Por fim, que este trabalho sirva ainda mais para ver florescer o debate e o amadurecimento do Direito Desportivo nas suas mais diversas facetas no meio acadêmico.

## 2 O OBJETO DE ALGUNS INSTITUTOS TRADICIONAIS DO DIREITO DO TRABALHO

A realização de uma pesquisa, estudo ou qualquer trabalho que se proponha a analisar determinada situação deve recorrer ao início mais puro daquele movimento. Isto porque, para que se tenha propriedade em entender uma determinada situação e assim poder estabelecer um raciocínio crítico é necessário igualar-se àqueles que na origem mais primitiva dos fenômenos estabeleceram definições, categorizaram eventos e, mesmo que embrionariamente, fizeram surgir um instituto. O erro do anacronismo é algo pujante em nossa sociedade e foi algo que tentamos evitar na execução deste trabalho.

Sendo assim, recorreremos ao estudo do direito do trabalho e suas <sup>1</sup>fases, quais sejam:

Manifestações incipientes ou esparsas: período em que se vislumbraram alguns movimentos que posteriormente vieram a dar origem ao estudo ou direito do trabalho. No Brasil, podemos citar a Lei Áurea como um desses movimentos. Vale lembrar que essas manifestações em geral se dão em período de pouca comunicação e unicidade, pois o conceito de classe operária ou de sindicato de empregados ainda não existia ou se existia não possuía força. Nesta época os empregados não possuíam a noção de sua representatividade e a lógica de trabalho era completamente diferente do que se observa hoje e nos últimos 50 anos.

Institucionalização do direito do trabalho: este período é marcado pelo início da organização do direito de trabalho e sua consequente “estatização” seguindo uma lógica <sup>2</sup>contratualista. Neste momento há uma formalização maior da matéria e uma roupagem de oficial. No Brasil, podemos associar este momento a criação da CLT em 1943.

Por fim, a última das fases foi a de transição democrática do direito do trabalho brasileiro: é preciso lembrar que apesar da CLT ter sido um conjunto normativo protecionista e garantista do trabalhador, foi criada em um período ditatorial e consequentemente antidemocrático. Apenas com o advento da CF88 e a recepção da

---

<sup>1</sup> Curso de direito do trabalho. Delgado, Maurício Godinho. Pág. 108 a 114. Editora LTR, 13ª Ed.

<sup>2</sup> Do Contrato Social. Rousseau, Jean Jacques. Cap. VI. Editora Martin Claret; 1ª edição.

CLT por esta, é que podemos enquadrá-la como um evento democrático. Vale lembrar que este fenômeno não é uma particularidade brasileira, mas assolou a maioria dos países da América Latina que passaram por períodos ditatoriais no século XX.

Seguindo a mesma lógica adotada para analisar o Direito do trabalho em si, precisamos adentrar na discussão dos institutos jurídico-trabalhista que serão objeto do presente trabalho. O Adicional noturno, a Insalubridade e o Descanso Semanal Remunerado são característicos do nosso ordenamento legal e há muito tempo consagrados. Entretanto, são produtos de uma época e de um tipo de relação de trabalho que se nota muito pouco na atualidade.

Ressalvas feitas, vamos a eles:

## 2.1 O ADICIONAL NOTURNO

Este instituto tem como cerne de sua criação a preocupação com a saúde do empregador. Ao considerar que o trabalho realizado à noite (das 22hrs às 05 hrs) é diferenciado e causa mais prejuízos físicos e psíquicos - pois período em que as pessoas costumam repousar, criando um conflito entre horário de ativação biológica e jornada de trabalho - surge a suposta necessidade direta de proteger o empregado que atua nesta situação mais prejudicial, como brilhantemente sintetiza o Professor Doutor Maurício Godinho Delgado: <sup>3</sup>“A ideia **do adicional** envolve a suplementação do salário pela **condição do empregado em situação mais gravosa**”.

Ora, tal pensamento tem extensa lógica e coro empírico na sociedade civil e na academia. É normal que costumemos dormir no período noturno e realizar nossas atividades durante o dia, pois é assim que nossa sociedade se organiza. Mas em hipótese alguma percamos de vista o objeto deste instituto: a preocupação com a saúde do empregador.

Em paralelo a isto, vamos pensar em quando este instituto foi positivado. Em 1943, na CLT, tínhamos majoritariamente 3 formas de trabalho: agricultura, ambiente fabril (ainda tímido) e comércio. Aliado a isso tínhamos cidades muito mais distantes, menos preparadas em relação a transporte público – se é que podemos usar este termo para se referir ao transporte desta época - e menor conhecimento técnico em relação a conceitos como ergonomia, fisiologia e medicina do trabalho. Notoriamente,

---

<sup>3</sup> Curso de direito do trabalho. Delgado, Maurício Godinho. Pág. 789. Editora LTR. 13ªEd.

as experiências empíricas ganhavam enorme peso e qualquer pessoa que dormisse pouco acordaria no outro dia com algum prejuízo. Deste modo, pensar que seu par labora em período noturno automaticamente remeteria a uma necessidade de contraprestação, pois nitidamente ele sofreria algum prejuízo. Novamente repare que a premissa de prejuízo a saúde é vigente e até uníssona.

Ciente de que todos nós entendemos o objeto deste instituto e já aceitamos seu cerne no prejuízo a saúde do empregado, peço aos senhores que registrem este entendimento, pois será melhor confrontado no capítulo 4. Por ora é preciso seguirmos e tratarmos de um outro conceito.

## 2.2 A INSALUBRIDADE

A noção que permeia o instituto da Insalubridade está em muito ligada à do adicional noturno. Isso porque, em certa medida, ela também se volta a defender a saúde do empregado. Entretanto, diverge daquele, por estar intimamente ligada a fatores de risco.

É portanto, uma admissão jurídica de que o empregado pode sim estar em condições que coloquem em risco a sua longevidade e que por isso deve ser recompensado. Além disso, a insalubridade pode ser estratificada conforme seus graus (mínimo, médio e máximo), tendo cada um o seu respectivo percentual de adicional.

Notem que até aqui nada de alarmante foi falado sobre este conceito, mas um olhar mais atento ao parágrafo anterior é necessário. Isto porque, ele admite que um empregado pode sim trabalhar em condições que o coloquem em determinado risco. Perceba que a doutrina – e com a positivação da insalubridade no artigo 189 da CLT também o legislador – entenderam que determinadas atividades profissionais estão expostas à prejuízos salutareis, mas que mesmo assim são admissíveis.

Sendo assim, a insalubridade adquire 2 vieses, quais sejam: determinar/estabelecer atividades insalubres e permitir a ocorrência destes. Ou seja, o próprio legislador é quem autoriza a ocorrência de eventos danosos ao empregado, obviamente que com algumas limitações. Podemos então ter como premissa que a saúde do empregado não é incólume e absoluta.

Explicitado este instituto podemos seguir adiante e tratar de um outro conceito muito presente na justiça trabalhista e no direito desportivo do trabalho.

### 2.3 O DESCANSO SEMANAL REMUNERADO (DSR)

Este conceito talvez seja de todos o mais completo. Tal fato se deve por ter uma dimensão na saúde do empregado e outra no convívio social. Em outras palavras, podemos dizer que o DSR é oriundo da medicina e segurança do trabalho, mas também tem <sup>4</sup>desdobramentos no meio social.

A nossa legislação é uníssona nesta ideia, tanto é que assim retrata a CLT:

**Art. 67** - Será assegurado a todo empregado um descanso semanal **de 24 (vinte e quatro) horas consecutivas**, o qual, salvo motivo de conveniência pública ou necessidade imperiosa do serviço, **deverá coincidir com o domingo, no todo ou em parte.**

Reparem que ao vincular uma parte do DSR ao Domingo (dia tradicional de descanso e confraternização de nossa sociedade) o legislador demonstra extremo zelo com a vida social do empregado e sua inserção na comunidade.

Entretanto, é preciso fazer um alerta inicial que será melhor compreendido nos capítulos subsequentes. A legislação se refere ao período de Descanso Semanal Remunerado em horas e não em dia. Parece simples, mas é um ponto fundamental das nossas próximas discussões.

Abordados os institutos acima e pontuados seus objetos e motivações precípuas, encerramos este capítulo com a vontade de que os senhores guardem os pontos pedidos acima para uma discussão nos capítulos futuros quando os casos reais e as dinamicidades forem apresentadas.

Por ora, é momento de abordar o outro polo deste trabalho e entender algumas questões muito particulares do mundo desportivo.

---

<sup>4</sup> Curso de direito do trabalho. Delgado, Maurício Godinho. Pg 1005. Editora LTR. 13ª Ed.



### 3 A QUESTÃO DA LEI PELÉ E A ESPECIFICIDADE DO SISTEMA DESPORTIVO

Até o presente momento abordamos apenas as características específicas dos institutos tradicionais do direito do trabalho. Deste modo, é momento oportuno para apresentar o tão complexo mundo da bola.

O primeiro grande ponto salutar é entender a especificidade do sistema desportivo. E para isso devemos nos remeter ao conceito de “<sup>5</sup>Lex Sportiva” que embasa e define a lógica mundial dos desportos. Pautada em muito sobre os ideais olímpicos, a Lex Sportiva garante ao sistema desportivo uma unicidade, desterritorialização, autonomia perante o Estado e a autoprodução de suas normas. Notem que o âmbito esportivo por seu cerne constituidor se transpõe a uma condição de intangibilidade em relação a fronteiras terrestres e geopolíticas, considerando todos os seus entes como autônomos em face aos seus governos. A admissão de tal ideia possui três consequências diretas, quais sejam: A independência política das entidades desportivas, a organização de um sistema excludente daqueles que não os integram e a possibilidade de autogestão conforme as suas próprias necessidades.

Ora, a independência política por ela garantida se traduz na necessidade de sustar a influência de governos em relação ao todo desportivo. É a transposição da ideia de que o esporte não se serve ao deleite de organizações políticas, sendo um ramo intangível a estas.

Já a questão de uma organização excludente para os não integrantes é forma de defesa direta do modelo atual. Ao não se admitir entidades que não se submetem ao sistema, a Lex sportiva garante a coesão e hierarquia sobre todos os seus participantes. É mecanismo de controle e sobrevivência de uma hierarquia já estabelecida, mas que não se pode dizer ser instrumento antidemocrático. Isto porque, não impede a prática do esporte em si pela entidade não filiada, mas sim a prática dentro deste sistema. Na prática, por ser um sistema já consolidado acaba sendo desinteressante a não filiação e portanto, um mecanismo de autopreservação. Além disso possui dentro de seu sistema mecanismos de freios e contrapesos que

---

<sup>5</sup>. O tripé em que se baseia a Lex Sportiva. Camargos, Wladymir. Disponível em: < <https://leiemcampo.com.br/o-tripe-em-que-se-baseia-a-lex-sportiva/>> acesso: em 06/02/2021.

garantem a participação de todos os membros do sistema. Outrossim, não reconhece barreiras significantes para sua filiação.

E quanto à possibilidade de autogestão se consiste em uma necessidade prática do âmbito desportivo. Por ser extremamente dinâmico, singular e fluído a autogestão do sistema desportivo é medida de reconhecimento da especificidade do esporte e conseqüente adequação do teórico à prática.

Contextualizado o sistema desportivo geral é hora de trazermos a discussão para o nosso país. Especificamente em relação ao futebol, temos a CBF como a entidade nacional ligada ao sistema da Lex Sportiva, mundialmente representada pela FIFA. Como uma relação hierárquica de empregador e empregado, esta estabelece as bases organizacionais do futebol e aquela as cumpre e adapta ao cenário nacional de maneira compatível com as diretrizes globais. E não o faz a CBF por meio de uma afronta à soberania nacional, mas sim com embasamento constitucional.

### 3.1 A AUTONOMIA DESPORTIVA GARANTIDA PELO 217 DA CF E A POSSÍVEL INTERFERÊNCIA DO PODER JUDICIÁRIO.

Ora, entendendo o caráter diferenciado das relações desportivas e em compactuação com o sistema da Lex Sportiva o constituinte brasileiro assim preceituou no artigo 217, inciso I, da CF88:

Art. 217. É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não-formais, como direito de cada um, observados:

**I - a autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações, quanto a sua organização e funcionamento;**

Mas precisamos entender o que este comando normativo garante. A chamada autonomia desportiva não pode ser confundida com soberania, devendo ser entendida como a garantia conferida pelo ordenamento máximo brasileiro para que as entidades do sistema desportiva possam gerir e organizar suas atividades da maneira mais adequada às suas práticas. É também admissão constitucional da Lex Sportiva e reconhecimento da singularidade inerente aos esportes. Um exemplo claro disto é a elaboração da justiça desportiva para os casos de infrações relacionadas ao ato do jogo. Seria rudimentar pensar que as irregularidades cometidas durante a realização de uma partida de futebol tivessem que se submeter ao crivo da justiça comum, correto? Imaginem o quão demorado e defasado tais decisões seriam. Em sua maioria

perderiam o objeto e não garantiriam a tutela de direitos de agremiações e atletas. Pautado nessas preocupações é que o legislador criou a Justiça Desportiva e deu a ela o condão de julgamento das infrações cometidas em competições. Outro exemplo é a organização calendária estabelecida pela CBF sem ingerência de entes estatais, como materialização explícita da autogestão.

Precisamos, entretanto, ir além nesta análise. Está claro acima o reconhecimento constitucional garantido ao esporte em suas ações de gestão. Porém, é preciso também entender que outra opção não se faz possível, pois a própria Lex Sportiva a veda. A tentativa de buscar algo diferente do que já se tem seria refutado pelos organismos transnacionais do esporte, segregando nossos atletas das competições hoje existentes. Ora, já se imaginou um atleta de futebol que não possa sequer disputar as competições da Conmebol, Fifa, e do Comitê olímpico? Seria a falência do campo de atuação deste profissional, forçando-o a buscar abrigo laboral fora dos domínios brasileiros. Notem que a não submissão ao sistema desportivo atual ocasionaria uma redução de campo de trabalho para os atletas.

E por falar em âmbito laboral, precisamos dar enfoque ao tratamento diferenciado dado aos atletas através da Lei Pelé.

### 3.2 A ADMISSÃO DO CONTRATO DESPORTIVO DO TRABALHO COMO CONTRATO ESPECIAL

O primeiro grande ponto a ressaltar do comando normativo da Lei Pelé é o reconhecimento do contrato desportivo de trabalho como um contrato especial. Exemplifica tal afirmação, por exemplo, o artigo 28, caput da referida Lei, que assim preceitua:

Art. 28. A atividade do atleta profissional é caracterizada por remuneração pactuada em **contrato especial de trabalho desportivo**, firmado com entidade de prática desportiva, no qual deverá constar, obrigatoriamente:

Ora, como sabemos a Lei não traz palavras vazias e, portanto, o termo especial é sim reflexo de uma condição diferenciada do desporto e do atleta. E tal reconhecimento é de suma importância pois coloca o empregado/atleta em condição diferente do trabalhador comum naquilo em que a lei aborda. Entretanto, tem relevância superior a questão do vínculo trabalhista desportivo. A inserção da palavra

especial por diversas vezes na Lei Pelé é reconhecimento tácito da condição singular que o esporte, e consequentemente o atleta, possuem. É símbolo da dinamicidade, agilidade e ausência de limitação e fronteiras característicos das competições. É alinhamento puro à Lex Sportiva.

Mas há que se chamar atenção para um outro desdobramento desse reconhecimento legal da especialidade esportiva, qual seja: a necessidade de se tratar esta realidade com um olhar apropriado. Ou seja, ao admitir legalmente a existência de uma condição diferenciada do esporte, admite-se também a necessidade de abordá-lo conforme seu cenário fático ou seu caráter ímpar.

E encontra-se no parágrafo acima uma das razões para se defender a adequação dos julgados desportivo-trabalhistas à realidade do esporte, em muito materializados nos próximos capítulos pelas propostas de inserção dos treinamentos regenerativos como parte integrante do DSR ou a não adoção do adicional noturno e da insalubridade para atletas, pois incompatíveis com a dinâmica na qual o desporto se insere.

O ignorar desta condição desportiva singular e a tentativa simplista de enquadrar o atleta como empregado acaba por proporcionar conflito entre uma esfera estatal e uma esfera transnacional com autonomia garantida constitucionalmente. Além disso, ocasiona uma série de interferências estatais que atingem de maneira direta a base da Lex Sportiva, podendo ocasionar a exclusão das entidades brasileiras do sistema mundial e as demais consequências estabelecidas no final do item 3.1.

Pontuado neste capítulo as diversas singularidades do Sistema desportivo, passemos agora a apresentar os casos que incentivaram a elaboração desta pesquisa.

## 4 OS CASOS MAICON E PAULO ANDRÉ E A FALÁCIA DO JOGADOR COMO EMPREGADO HIPOSSUFICIENTE.

Muito enunciados até o presente momento, é chegada a hora de apresentar os grandes atores da faísca que incentivou esta produção. Paulo André Cren Benini (zagueiro) e Maicon Thiago Pereira de Souza (meio campo) são dois futebolistas de relevado destaque no cenário nacional conhecidos como “Paulo André” e “Maicon”. À época de suas ações judiciais eram atletas do Sport Clube Corinthians Paulista e do São Paulo Futebol Clube, respectivamente. Ao mesmo tempo, eram membros do coletivo de atletas “Bom Senso Fc”, tendo no primeiro uma figura de líder e uma alcunha de atleta altamente esclarecido por boleiros e pela mídia especializada. Apresentadas as “Pessoas Físicas”, passamos ao enfoque dos casos judiciais.

### 4.1 A APRESENTAÇÃO DOS DOIS CASOS

Primeiramente, precisamos rechaçar umas das maiores falácias divulgadas na mídia desportiva e em meios de comunicação social: O caso Paulo André x Corinthians **não envolve pedido de adicional noturno**. A ação proposta pelo zagueiro possui três grandes pontos controvertidos: um pedido de reconhecimento de unicidade contratual entre os 3 contratos do atleta e o clube empregador, questões envolvendo diferenças pagas à título de direito de arena e seus respectivos reflexos e os pedidos de DSR com tentativa de reflexo nas verbas salariais. Vale dizer aliás, que o grande embate jurídico deste caso é o DSR, saltando aos olhos a forma em que foi concedido pelos juízes do caso e a determinação dos momentos a serem liquidados para efeitos de cálculo.

Foi litígio judicial com extenso trâmite, mas que culminou em acordo entre clube e atleta, mesmo depois de acórdão em Tribunal Regional do Trabalho que havia concedido à Paulo André as diferenças pleiteadas em relação ao direito de arena, valor adicional por labor em feriados – considerando aqui inclusive feriados estaduais- e valores referentes a DSR, considerando todos os fins de semana que o jogador atuou durante o período contratual. Em relação aos dois últimos pontos, traçaremos em breve algumas constatações.

Já em relação ao caso Maicon é preciso esclarecer que se trata de processo em segredo de justiça. Por este fato, como metodologia desta pesquisa, todos os pontos aqui admitidos serão de entrevistas, matérias e comentários realizados pelo próprio jogador ou sua assessoria.

Aliás, o próprio jogador foi quem publicamente <sup>6</sup>admitiu em suas redes sociais ter pedido adicionais noturnos. Deste modo, é fato incontroverso que o atleta peticionou pelo instituto do adicional noturno e os julgadores do caso enquadraram-no na figura do empregado que laborou em horário noturno (período entre as 22 horas e as 05 horas). Deste modo, nada nos impede de continuar analisando concretamente o caso e estabelecendo distorções entre a aplicação do conceito, seu objeto e a realidade fática do atleta.

Pensando assim, e apresentadas as particularidades dos casos, passaremos a analisar o cerne das decisões judiciais e as suas ligações com os institutos concedidos.

#### 4.2 A INCONSISTÊNCIA DAS DECISÕES E DO CERNE DOS INSTITUTOS

No capítulo inicial deste trabalho fora apresentado os objetos intelectuais de cada um dos 3 conceitos abordados nesta pesquisa. Foram feitas algumas perguntas e sinalizações sobre problemáticas que viriam a ser melhor esclarecidas e debatidas neste capítulo. Posteriormente, explicamos de maneira geral cada uma das ações judiciais, destacando os pontos do Adicional noturno, DSR e da Insalubridade.

Tais destaques não foram em vão, pois cada um desses institutos foi concedido em um dos casos acima descritos ou faz parte de alguma decisão judicial que afetou o mundo jus desportivo, sendo todos eles validados por juízes e colegiados de maneira simplista como se verá adiante.

##### 4.2.1 O adicional noturno e o caso Maicon

O adicional noturno concedido no caso Maicon, por exemplo, considera a realização de partidas após as 22 horas como um trabalho noturno e, portanto, capaz de gerar a incidência do adicional pretendido. Mas recordemos que este instituto tem cerne na **saúde do trabalhador** que deve recebe-lo por estar em situação mais gravosa ou para compensar os danos psíquicos e físicos ensejados pela prestação do trabalho noturno. Mas o atleta de futebol se enquadra neste caso?

---

<sup>6</sup>. Maicon ganha do São Paulo na Justiça esse defende: “Menos mimimi”. Portal Lance. Disponível em: <https://www.lance.com.br/sao-paulo/maicon-ganha-justica-defende-menos-mimimi.html> Acesso em: 27/01/2021.

Analise a situação com base na realidade fática do atleta e dos clubes das Séries A e B do campeonato brasileiro. Em relação às agremiações, **são todas** extremamente preparadas do ponto de vista de departamento médico, fisiologia e nutrição, pois tal fato é <sup>7</sup>requisito básico para licenciamento junto à CBF e consequente integração ao sistema desportivo. Ou seja, os atletas são preparados conforme a necessidade de cada jogo, podendo se ajustar alimentação, horário de sono e reabilitação de acordo com cada necessidade, a fim de deixar o jogador o mais preparado possível e com a menor incidência de riscos externos ao futebol. É um trabalho conjunto de ciências biológicas voltadas ao melhor desempenho pessoal. Isto significa que os supostos danos psíquicos e físicos de se jogar num período de menor atividade cerebral (cerne do adicional noturno) são reduzidos a zero ou próximos disso, pois há um departamento inteiro em cada clube cuidando de maneira técnica da preparação do atleta para seu melhor desempenho tanto na partida quanto em sua recuperação, bem como há uma rotina de preparo voltada ao jogo noturno e ao descanso do jogador.

Mas sofre então o atleta do transtorno de ter que se locomover em período posterior à partida, gerando um desgaste emocional robusto. Vejamos, as partidas fora do domicílio do clube possuem o traslado de ida e volta por conta destes e as partidas em casa ficam a cargo do atleta. Mas seria isso suficiente para embasar um adicional noturno? O fato de voltar para casa de madrugada parece ser algo pensado pela doutrina e pelo legislador como o dano físico e psíquico capaz de ensejar uma contraprestação pecuniária? Evidentemente que a resposta para tais perguntas é negativa. Em verdade, o trabalho noturno imaginado em Lei se refere ao empregado que necessita se deslocar até seu posto de trabalho, em geral região de difícil acesso, para desempenhar sua função em horário realmente diferenciado e incompatível com o padrão da sociedade. É o trabalhador que possui jornada inversa ao normal biológico e sem uma equipe especializada de médicos, fisiologistas e nutricionistas que possam equilibrar a rotina deste trabalhador para o exercício de suas funções. É o cidadão comum que labora na madrugada e sem o amparo devido para redução dos danos desta jornada.

---

<sup>7</sup> Regulamento de licenciamento de clubes da CBF. Pgs. 21 e 22.

Outrossim, há um outro ponto deslegitimador do adicional noturno para jogadores de futebol e que possui extenso eco em respeitável doutrina e jurisprudência, como por exemplo o Ilustre professor Domingos Savio Zainaghi:

No entanto, há respeitável doutrina e jurisprudência que afastam a aplicação do adicional noturno justamente pela especificidade da atividade do atleta e pelo fato de o trabalho em horário noturno, muitas vezes, ser menos desgastante para o atleta que os jogos diurnos. Ora, se o objetivo do instituto é **compensar o maior esforço daquele empregador que se ativa a noite, em comparação com os que trabalham durante o dia**, demonstrado que o desgaste de um atleta que joga partida a noite é menor que o desgaste durante o dia, desaparece o sentido da proteção. <sup>(8)</sup>

Ou seja, jogar no período das 22 às 00 (horário em que as partidas acontecem) é menos traumático do que enfrentar períodos diurnos em que surge a necessidade de atenção em relação a temperatura ambiente, incidência solar e outros fatores. Seriam então os jogos noturnos mais benéficos aos empregados do ponto de vista médico-biológico.

Por fim em relação ao adicional noturno é preciso analisar a extensão deste trabalho. É certo que a lei precisaria trazer em seu comando normativo um padrão temporal de balizamento, mas como parte do processo de delimitação de requisitos de uma norma e não como fator preponderante/definidor. Traçando um paralelo com a Lei Penal, podemos dizer que o horário estabelecido na CLT se consiste em aspecto formal da norma, enquanto a proteção à saúde do empregado no aspecto material. Dito isto, é necessário observar a incidência dos atletas de futebol profissional neste padrão temporal. Faticamente, os jogadores estão sujeitos a jogos aos fins de semana e um dia na semana, podendo este jogo ser realizado as 19:30, 20:00, 20:30, 21:00 e 21:45. Note que destes horários, apenas 3 deles se prolongam além das 22:00, mas nenhum deles ultrapassa 00:00. É então plausível que essa ausência de rotina de partidas em horário noturno gere um dano psíquico ou físico apto a embasar uma contraprestação pecuniária? Não seria um exagero míope do julgador em considerar essa situação equiparável a do trabalhador comum que labora efetivamente em período noturno?

---

<sup>8</sup> Atletas profissionais podem exigir descanso semanal e adicional noturno?. Disponível em <<https://www.migalhas.com.br/coluna/meio-de-campo/326676/atletas-profissionais-podem-exigir-descanso-semanal-e-adicional-noturno>>



Creio eu estar mais que transparente o quanto a caracterização de adicional noturno à atletas de futebol é uma leitura meramente formal do excerto legal sem o devido raciocínio crítico e com pouquíssima ligação entre o objeto deste direito e a atual concessão. Mas será que tais fatos se repetem em relação ao DSR?

#### 4.2.2 O DSR e o caso Paulo Andre.

A análise detida desta ação judicial trouxe à tona inúmeras discussões envolvendo o instituto do DSR. Isso porque, durante todo o processo há inúmeras teses e batalhas envolvendo a concessão ou não deste direito, bem como em relação a forma de mensuração da quantia devida. Sendo assim, nos cabe iniciar este tópico abordando a forma como a decisão judicial concedeu o benefício ao atleta, como já alertado no item 4.1.

Após extensa dilação probatória, entenderam os julgadores do caso que cabia ao atleta receber o DSR correspondente a **todos os** fins de semana em que atuou pelo Sport Club Corinthians Paulista. Prima-facie nada salta aos olhos, mas uma análise processual mais atenta torna a decisão relativamente fragilizada. Isso porque, houve nos autos a confissão por parte da testemunha do reclamante de que era concedida folga aos atletas após jogos aos sábados. Entretanto, tal fato não fora observado pelo juízo da causa que ignorou tal questão e concedeu o adicional de maneira genérica a todo o período em que o jogador atuou aos fins de semana, sem verificar efetivamente quando foi ou não concedido o repouso na prática. Ou seja, a entidade desportiva fora condenada a pagar até pelos períodos em que já havia concedido o repouso.

Pontuada tal incompatibilidade jurídica, vamos nos ater a uma análise mais profunda acerca da ideia inicial do instituto do DSR e da sua aplicação em relação aos jogadores de futebol.

Note que no item 2.3 deste trabalho foram colocadas as razões motivadoras para concessão deste direito, qual seja: dimensão na saúde do empregado e outra no convívio social.

Em relação a saúde do empregado é a ideia de que todos que laboram por determinado período merecem um intervalo de descanso. Isso para que o corpo possa se recuperar do desgaste natural da rotina de trabalho. É uma motivação com foco na saúde física e psíquica do empregado, pois notável o desgaste em períodos ininterruptos de labor. Entretanto, esse foco na saúde do empregado deve ser visto

com um olhar cuidadoso na realidade dos atletas. Isso porque, a jornada do atleta acontece nos treinamentos, na academia e nos jogos, submetendo-o a um desgaste muscular e gasto energético extremamente alto. Com base nisso, a evolução das ciências biológicas do futebol desenvolveu uma série de exercícios que visam atenuar esses desgastes. Um excelente exemplo disto são os chamados treinos regenerativos que possuem dimensão exata na saúde do empregado. São treinamentos realizados no dia após o jogo que visam a recuperação física do atleta de maneira mais eficiente que um simples repouso. Ou seja, na realidade dos atletas profissionais os treinos regenerativos servem mais ao propósito basilar do DSR que o próprio Descanso Semanal Remunerado. Sendo assim, porque não adotar o treino regenerativo como parte do DSR e não mero dia de trabalho?

Importante ressaltar que a ideia acima apresentada tem ainda amparo constitucional, pois em seu artigo 7, XXII a CF assim retrata:

Art. 7.º. São **direitos dos trabalhadores urbanos e rurais**, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:  
XXII - **redução dos riscos inerentes ao trabalho**, por meio de **normas de saúde**, higiene e Segurança.

Ou seja, é direito do jogador de futebol a adoção de práticas que venham a reduzir os danos da sua atividade. Outrossim, não há que se cogitar que a adoção desta ideia culminaria na ausência total de Repouso por parte do Atleta. Isso porque, a Lei Pelé (comando normativo específico das relações entre atletas), não sem motivo também prevê a adoção do DSR em horas, conforme se nota da leitura do parágrafo 4º, inciso IV do artigo 28:

§ 4º Aplicam-se ao atleta profissional as normas gerais da legislação trabalhista e da Seguridade Social, **ressalvadas as peculiaridades constantes desta Lei**, especialmente as seguintes:

IV - repouso semanal remunerado **de 24 (vinte e quatro) horas ininterruptas, preferentemente em dia subsequente à participação do atleta na partida, prova ou equivalente, quando realizada no final de semana;**

Deste modo, após as partidas os atletas estão aptos a usufruírem das 24 horas de descanso, sendo realizado apenas uma atividade (treinos regenerativos) voltada a própria recuperação da saúde do jogador de futebol. Seria impetuoso dizer então que esses treinos consistem em uma interrupção do descanso, pois servem mais fielmente ao propósito de preocupação com a saúde do empregado do que uma

simples pausa de atividades laborativas. Outrossim, não há que se falar ainda em jornada, pois não é período de jogo ou treino do atleta, mas um período medicoterapêutico.

Já em relação a dimensão no convívio social é preciso adotar uma análise cautelosa. Tal fator se deve novamente a especificidade da profissão de um jogador de futebol no Brasil que gera a necessidade de enxergarmos a realidade sob um outro prisma. No país onde todo cidadão entende de futebol e que a imensa maioria da população é apaixonada pelo esporte é preciso reconhecer que o atleta de futebol não consegue sair jantar sem ser abordado para uma foto, autógrafo e a depender do momento da equipe até cobrança. E tal cena se repete em bar, shopping, mercado e todos os outros locais de convívio social. É algo inerente a profissão que tem seus pontos negativos e positivos, mas que torna o convívio social do atleta diferente da população civil. Aliado a isso, há ainda a questão do cuidado com o corpo, pois constitui-se em ferramenta de trabalho. Deste modo, o atleta não pode se dar ao luxo de "virar" a noite em casas noturnas, festas ou até mesmo ingerir doses significativas de álcool

Até por isso, jogadores tem uma vida mais reservada, tendo seu convívio social baseado em uma perspectiva de reunião com a família, jantar com os filhos e integração com os seus familiares e amigos mais próximos, mas que pela dinâmica brasileira acaba se dando dentro das próprias residências dos jogadores. E tal fato pode continuar ocorrendo nas horas após jogo sem ter que se falar em interrupção pelos treinos regenerativos, pois realizados em períodos diversos dos de convívio social (praticados no meio da manhã ou até a tarde). Exceto nos casos em que os atletas realizam as partidas seguintes em localidades diferentes e precisam viajar logo após o jogo, não há que se falar em ausência de período de convívio social. De qualquer forma, mesmo a exceção acima não é verificada por conta da adoção dos exercícios de recuperação física, mas por questões de calendário e logística próprios de um país continental e de uma confederação com diversos interesses a atender.

De todo modo, a adoção dos treinos regenerativos como parte integrante do DSR possui amparo nas duas razões basilares da criação do instituto do Descanso Semanal Remunerado e, portanto, não deveria ser desconsiderada como tal. Além disso, não é medida restritiva de direito, pois em momento algum tolhe do atleta o direito de estar em comunidade e usufruir de um convívio social.

Ressalvas feitas e demonstrada a incompatibilidade do cerne do DSR e as decisões judiciais adotadas é momento de prosseguir e analisar um outro importante instituto.

#### 4.2.3. A insalubridade e a decisão do TST

O instituto jurídico da insalubridade é, conforme apontado no item 2, o mais completo dos direitos apresentados. Isso porque em sua constituição há um caráter protecionista do empregado, mas ao mesmo tempo reconhecedor da existência de atividades laborais nocivas à saúde, deixando claro – e positivado em lei - que a **saúde do empregado não é incólume**.

Justamente por isso, são adotados critérios de permissividade e regulamentação para enquadrar essas atividades dentro de padrões aceitáveis. É exatamente isso que ocorre em relação ao agente nocivo descrito como calor e que possui incidência no ambiente futebolístico. Tal polêmica ganhou campo para debates a partir da adoção dos jogos em às 11h:00min de domingo, sendo alegado calor intenso e, portanto, necessidade de enquadramento dentro das balizas estabelecidas no anexo III da NR15<sup>9</sup> do Ministério do Trabalho e Emprego (hoje transformado em secretaria dentro do Ministério da Economia).

Mas vamos analisar mais detalhadamente o cerne da caracterização do calor como agente nocivo. Em princípio, fora regulamentado através da NR15 pensando no trabalho realizado pelos cortadores de cana que ficam expostos a jornadas longínquas, em campo aberto e com grande incidência solar. Aliado a isso, há pouca proteção e preocupação com a redução dos efeitos para este trabalhador, não havendo monitoramento constante nem equipe médica à disposição. Deste modo, a ideia era trazer mais conforto, segurança e qualidade a estes trabalhadores para a realização de suas atividades. Entretanto, o simples espelhamento dessa realidade ao ambiente do atleta de futebol com a adoção dos mesmos princípios e consequente caracterização do mesmo instituto parecem desarrazoadas. Ocorre que foi exatamente este o modus operandi do TST, no processo N°TST-ARR-707-96.2016.5.21.0001, ao equiparar a situação do atleta de futebol que está sujeito aos

---

<sup>9</sup> NR 15. Disponível em [https://sit.trabalho.gov.br/portal/images/SST/SST\\_normas\\_regulamentadoras/NR-15-atualizada-2019.pdf](https://sit.trabalho.gov.br/portal/images/SST/SST_normas_regulamentadoras/NR-15-atualizada-2019.pdf) Acesso em: 20/01/2021

jogos as 11h:00min com os trabalhadores rurais cortadores de cana. Notem o quão desarrazoado é tal decisão e quanto da particularidade do futebol ela deixa de analisar. A título exemplificativo, deixa de considerar o artigo 8º, inciso XII, do Regulamento Geral de Competições da CBF que assim determina<sup>10</sup>:

Art. 8º - Compete ao árbitro:

**XII – interromper a partida, sempre que a temperatura superar os 28 (vinte e oito) °C ou a seu critério, para hidratação dos atletas,**  
restringindo-se a uma parada por tempo, sempre após os vinte minutos.

Ou seja, a própria CBF tem em seu comando normativo de competições a previsão legal de paradas técnicas em situações de calor acima do previsto na NR15. Seria essa previsão legal uma forma clara de materialização do artigo 191, inciso II da CLT que assim preceitua:

Art. 191 - A eliminação ou a neutralização da insalubridade ocorrerá:

**II - com a utilização de equipamentos de proteção individual ao trabalhador, que diminuam a intensidade do agente agressivo a limites de tolerância.**

Ora é claro que as pausas de reidratação não se consistem em EPI's propriamente ditos, pois impossível a adoção de equipamento capaz moldado ao ambiente futebolístico. Entretanto, de maneira análoga é uma forma de atenuação da ação do agente danoso e consequente alinhamento em relação a origem precípua da insalubridade, qual seja: a preocupação com a saúde do empregado, sempre recordando que a própria Lei admite a ideia de que esta não é incólume.

Além disso, a decisão do TST desconsidera uma série de fatores inerentes a condição de atleta e a dinâmica do jogo que possuem aspecto basilar ou consequências exatas na questão de saúde do jogador, quais sejam estes fatores: a possibilidade de uso de isotônicos e a consequente redução de danos físicos, as pausas informais que ocorrem aos pares em um jogo de futebol (paralisações de substituições, pausas de atendimentos médicos, pausas de utilização do VAR e etc) e o preparo físico do atleta. Ou seja, a decisão considera que o atleta atua por todo o

---

<sup>10</sup> Regulamento Geral de Competições da CBF. Disponível em < <https://www.cbf.com.br/futebol-brasileiro/noticias/index/cbf-publica-na-integra-o-regulamento-nacional-de-competicoes-2019> > Acesso em: 25/01/2021.

tempo da partida em índice de exposição máxima, não se atendo a realidade concreta das partidas de futebol.

Inobstante, a própria decisão do TST desconsidera estudo feito pelo portal científico Science19.com<sup>11</sup> que assim concluiu:

*“Determinar a hora mais quente do dia depende da época do ano e da sua localização no planeta. Raios do sol aquecem o planeta como um queimador em um fogão que ferve a água. Mesmo que o queimador esteja no alto, demora um pouco para a água ferver. O mesmo vale para a temperatura do dia. O sol está no ponto mais alto aproximadamente ao meio-dia. O ponto alto do sol é quando ele dá à Terra a luz solar mais direta, também chamada de meio-dia solar. Neste ponto, uma queimadura solar ocorre no menor período de tempo, de acordo com o meteorologista da NBC 5, David Finrock. A radiação do sol é a mais forte neste momento, mas mesmo que a radiação esteja no máximo, a temperatura não é a mais quente. (...). A resposta térmica começa no meio-dia solar, quando a superfície da Terra começa a aquecer. A temperatura continua a subir enquanto a Terra recebe mais calor do que envia para o espaço. O atraso do meio-dia solar e a hora mais quente do dia, ou resposta térmica, geralmente leva horas. **A parte mais quente do dia durante o verão é geralmente entre as 3 da tarde e às 16h30, dependendo da cobertura de nuvens e da velocidade do vento**”*

Sendo assim, as partidas realizadas as 11h:00min seriam mais benéficas do que o horário consagrado das 16h:00min sob o qual não se cogita aplicar o adicional de insalubridade.

Notem as inúmeras particularidades, discordâncias e inconsistências que a decisão do TST deixou de analisar profundamente para tentar enquadrar a profissão do jogador de futebol na roupagem da Insalubridade, como se este desamparado fosse.

Aliás, a tentativa de enquadramento do atleta profissional de futebol como trabalhador comum – e entenda-se comum aqui como equiparado aos demais trabalhadores da sociedade brasileira – foi equívoco comum às 3 (três) decisões analisadas acima. Tal fato nos chama a atenção, pois sabemos que o nosso direito trabalhista ordinário se pauta em ideias pró-empregado, adotando a premissa de que

---

<sup>11</sup> Disponível em: < <https://pt.science19.com/what-is-hottest-time-of-day-2329>> Acesso em: 25/01/2021. Pg 10.

este é hipossuficiente em relação ao empregador. Mas e no caso dos atletas das séries A e B do campeonato brasileiro, é possível adotar tal premissa?

A resposta a esta pergunta é a tônica do próximo subitem.

#### 4.3 A CONTRADITÓRIA IDEIA DO JOGADOR COMO EMPREGADO HIPOSSUFICIENTE E A REPRODUÇÃO AUTOMÁTICA DESTA IDEIA

Ora, notório a todos os operadores de direito brasileiro que o nosso ordenamento trabalhista adota inúmeros princípios garantistas ao empregado, tais como o princípio da proteção e da norma mais favorável. Ambos são pautados na ideia de retificação jurídica da distinção prática existente entre o poder de influência econômica e social entre os sujeitos da relação empregatícia (DELGADO, Maurício Godinho, 2014. Pág. 197). E não sem razão, diga-se de passagem, pois o momento de constituição desse ordenamento era totalmente diverso do atual. À época da constituição da CLT vigorava-se um ambiente fabril, agricultor e comercial que representava muito bem as ideias marxistas de capital e dono da mão-de-obra. Não se preocupava e não se tinham tantas informações acerca de ergonomia, saúde e meio ambiente de trabalho, mas pensava-se ainda que a jornada de 8 (oito) horas diárias era algo insuficiente.

Aliado a isso, os próprios empregados não possuíam uma forte consciência de classe e nem ciência do poder que tinham em mãos de tal forma que a organização interna era precária (DELGADO, Maurício Godinho, 2014).

Entretanto, a situação evoluiu muito. Os conceitos médicos evoluíram e com ele novas preocupações foram surgindo e sendo admitidas. As empresas em geral passaram a se preocupar mais com seus funcionários, com o ambiente de trabalho e inclusive com formas de motivação e promoção do bom ambiente. Um exemplo claro disso é a questão da empresa cidadã. O quão mais benéfica ela é? Mais voltada ao trabalhador? Muito, não é mesmo. Ou seja, mesmo no campo laborativo comum houve extensa evolução em relação à preocupação dos colaboradores.

Mas e no campo desportivo, como se dá a relação jurídica entre empregador e empregado? Será que em algum momento houve essa desigualdade jurídica? Atualmente houve evolução?

Ora, para responder as perguntas acima é preciso voltar ao passado, mais precisamente à década de 90 e ao fatídico caso Bosman. Jean-Marc Bosman era um

jogador de futebol belga do RFC Lieja que procurava se transferir de clube após o fim de seu contrato. Entretanto, existia o instituto do passe que nada mais era senão uma forma de mercantilizar um jogador, transformando-o em um valor comercializável e uma forma de segurá-lo na agremiação dona do passe. Nestes tempos o atleta era mercadoria de um clube e como aconteceu com o atleta belga, dependia da entidade liberar a sua venda para poder se transferir. Notem que neste período o atleta de futebol profissional podia até ser analogamente comparado ao trabalhador comum, pois existia uma relação jurídica diferenciada e de submissão ao instituto do passe. O atleta que tivesse seu contrato expirado e elemento volitivo de jogar em outro clube dependia da liberação dos seus “donos” ou do pagamento do valor do passe. Foi neste ponto que Bosman se viu encurralado e recorreu ao tribunal de justiça da corte europeia, alegando ver restringida a sua livre circulação para trabalho. A decisão desta corte revolucionou o mundo do futebol, encerrando o instituto do passe na Europa e desencadeando o mesmo fenômeno no resto do mundo.

No Brasil, a Lei Pelé (Lei 9.615/98) foi a responsável por espelhar tal ideia, adotando o contrato desportivo de trabalho por período determinado e estabelecendo a existência dos direitos federativos (referentes à vinculação do atleta a um clube e possibilidade de atuação) e os direitos econômicos (um valor em pecúnia para o caso de interesse em outros clubes). Notem que aqui o atleta passa a ter seu trabalho vinculado a um clube por um período específico de tempo, havendo ainda a possibilidade de troca de equipes em caso de comum acordo ou de pagamento de cláusula rescisória. Portanto, há uma auto composição entre atleta e clube no momento de elaboração de contrato para estabelecimento de termos. E será que esta auto composição é equânime ou há uma relação jurídica desigual apta a ensejar uma tutela especial?

Ora, no recorte do presente trabalho, qual seja a realidade dos atletas de series A e B, é possível sim afirmar que a relação é equânime. Aliás, em alguns casos essa relação é faticamente pró-atleta. E tal “balança jurídica” assim se constrói pelos seguintes fatores:



Os jogadores de futebol profissional são assessorados por equipe especializada no assunto<sup>12</sup>. Inclusive, são profissionais com licenças e registros na CBF que possuem “Know How” no assunto futebol. Aliás, nos casos analisados neste trabalho, sempre houve equipe especializada representando os atletas no momento da discussão e assinatura do contrato. Ou seja, os atletas profissionais de futebol realizam a auto composição de seus contratos de trabalho amplamente amparados por equipe especializada e dotada de conhecimento técnico, expressando em máximo grau seus elementos volitivos de modo a refutar a ideia de submissão intelectual na relação entidade-jogador. Soma-se a isso um segundo fator do equilíbrio jurídico da relação clube-atleta, qual seja o caráter personalíssimo da profissão. Isto é, busca-se determinado jogador por ser ele e não pela sua posição em campo ou atributo físico. Cada atleta é único e, portanto, se torna infungível na concepção jurídica do termo. Tal fato dá a ele o poder de decisão nas negociações, pois é o fator diferencial/principal da relação.

Outrossim, há ainda mais algumas questões que potencializam o atleta no momento de discussão de seu contrato, tais como: idolatria em seu clube, renome nacional e internacional, temporada anterior de destaque e pressão de torcedores e mídia. São fatores que colocam o atleta como produto a ser disputado, dando mais poder a este para exigência de cláusulas e pedidos salariais.

Notem que ao clube sobram poucas moedas de barganha tais como poder salarial, possibilidade de título e estrutura física. Entretanto, guardadas razões de ponderabilidade nas comparações, são fatores que não equilibram os poderes ao do atleta.

Ora, com o retrato da situação estabelecido acima e tendo mais claramente a realidade da relação jurídico-trabalhista entre clube e atleta é preciso fazer uma ponte com algo já existente na esfera do trabalhador comum, qual seja o empregado hiperssuficiente. Novação jurídica trazida pela reforma trabalhista (Lei 13.467/17) o empregado hiperssuficiente é o enquadrado no artigo 444, parágrafo único da CLT, que assim retrata:

Art. 444 - As relações contratuais de trabalho podem ser **objeto de livre estipulação das partes interessadas** em tudo quanto não contravenha às

---

<sup>12</sup> Tal afirmação foi feita baseada em pesquisa empírica com departamento jurídico de 2 clubes de Série A, 1 assessor de atletas e 1 advogado especializado em consultoria esportiva que atendem junto mais de 200 atletas.

disposições de proteção ao trabalho, aos contratos coletivos que lhes sejam aplicáveis e às decisões das autoridades competentes.

Parágrafo único. A livre estipulação a que se refere o **caput** deste artigo aplica-se às hipóteses previstas no art. 611-A desta Consolidação, com a mesma eficácia legal e preponderância sobre os instrumentos coletivos, no caso de **empregado portador de diploma de nível superior e que perceba salário mensal igual ou superior a duas vezes o limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social (R\$ 12.202,12)**. [Grifo meu]

Note que o ordenamento pátrio específico das relações laborais cria a existência de um empregado diferenciado em relação ao padrão trabalhista comum. Pelas palavras da lei nota-se que é uma figura dotada de maior poder de barganha e com a relação jurídico-trabalhista mais equilibrada, se comparado ao trabalhador comum. Mas pensemos um pouco mais nesta questão e repliquemos esta ideia no âmbito futebolístico. A imensa maioria dos jogadores das Series A e B recebem mais que o dobro do RGPS e ainda é assessorado por equipe especializada no momento da elaboração de seus contratos. Aliado a isso há os diversos fatores pró-atletas enunciados acima que o colocam em pé de igualdade com os clubes. Não seria então o atleta um empregado hiperssuficiente? Aos senhores, qual lógica é mais verossímil: atleta hipossuficiente ou hiperssuficiente? Sendo assim, por que adotamos uma lógica jurídica em que o atleta é visto como ser hipossuficiente? Não deveria existir um alinhamento entre o direito e a prática, pois a Lei foi pautada em uma outra dimensão laboral? Não estaríamos adotando como premissa verdadeira algo que não se materializa, visto que não há necessidade de retificação jurídica da distinção prática existente entre o poder de influência econômica e social entre os sujeitos da relação empregatícia?

É notório que as respostas a questão acima são afirmativas e que o julgador brasileiro se tornou relativamente desatento a esta realidade. Por isso passaremos a analisar as consequências das decisões judiciais no ramo desportivo.

## 5 PAPEL DO JUIZ COMO MEMBRO DA ORDEM ECONÔMICA/CONSEQUÊNCIAS DAS DECISÕES JUDICIAIS

Iniciar este capítulo sem qualificar a figura de um Juiz seria atitude temerária a qualquer trabalho que pretenda tecer comentários acerca desta profissão. Dono de um papel fundamental na estrutura do direito moderno, os juízes são uma forma de complementação da norma. Isto porque, um comando normativo não é onisciente, mas balizador de determinados bens jurídicos. Cabe então ao Juiz adequar a aplicação da norma a uma situação prática levando em consideração os princípios legais, as condições originárias da norma e a adequação a determinado enquadramento fático. São atividades que escritas parecem extremamente simples, mas no cotidiano jurídico enfrentam uma série de desafios como a extensa quantidade de processos e o consequente tempo reduzido de análises, a extensa quantidade de matérias e a necessidade de entendimento de várias dinâmicas (nos casos acima podemos ver que os juízes deveriam entender sobre o ambiente desportivo, mas notem que não se estava em uma vara especializada em assuntos desportivos, mas juízos trabalhistas que julgam inúmeros conflitos pautados em relações laborais) e mais algumas dificuldades inerentes a profissão. Por tal fato é preciso reconhecer que a atividade de um Juiz não é simples.

Entretanto, tal ideia não pode nos impedir de prosseguir com as análises a seguir, pois toda atividade tem seu risco e características inerentes às profissões são ônus de cada profissional.

Relatado isto, vamos dimensionar o juiz na ordem econômica de nossa sociedade (e aqui não falaremos de quanto ganha um juiz e sua condição financeira superior a 95% da população brasileira). Ora, como indivíduo responsável por dar interpretação e materialidade à Lei os juízes são atores processuais que definem o *quantum* envolvido em cada demanda de acordo com as decisões que praticam. Com base em seus padrões próprios de gabinete, prévias estabelecidas em Lei e definições de colegiados de “Juízes” ou órgão judiciais, os julgadores estabelecem o valor envolvido em uma ação. Mas notem que este valor não é algo teórico. Em verdade é muito além disso, pois define quantia a ser paga por uma parte a outra, desencadeando uma série de consequências que passaremos a analisar agora.

## 5.1 A NECESSIDADE DE SE PENSAR NAS CONSEQUENCIAS DAS DECISÕES JUDICIAIS

Inicialmente vamos dar um passo atrás a atividade judiciária e analisar o aspecto legislativo. Como brilhantemente ilustra o <sup>13</sup>Dr. Marçal Justen Filho “ a disciplina normativa consagra um conjunto de padrões abstratos, sendo insuficiente para contemplar (mesmo implicitamente) todas as soluções para os casos concretos”. Ou seja, uma norma por vezes **não possui apenas uma solução ou resposta** e isso em muito se deve ao caráter mais amplo que a maioria das normas devem ter. E precisa ser exatamente assim para que se consiga estabelecer um ambiente jurídico consolidado e seguro que não possua comandos normativos alterados em períodos de tempos pequenos, garantindo assim segurança jurídica.

Entretanto, tal característica da norma acaba por colocar na figura do julgador um outro ônus, também esclarecido pelo Dr. Marçal<sup>14</sup>, que assim descreveu:

O processo decisório exige a concretização de normas e valores ideias, o que impõe tomar em consideração as situações da realidade”.

Ou seja, traveste-se o julgador de entidade responsável pela concessão de vida a norma, se orientando por esta e por aquilo que ela mesma não pode prever (as realidades fáticas de cada demanda judicial). E tal ideia foi inclusive pensada e positivada em Lei, através do Art. 20 da LINDB, que assim preceitua:

Art. 20. Nas esferas administrativa, controladora e judicial, não se decidirá com base em valores jurídicos abstratos **sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão.** (Incluído pela Lei nº 13.655, de 2018) (Regulamento)

E isso se deve ao fato de que uma decisão possui consequências práticas por vezes irreparáveis, ainda mais em se tratando de decisão pecuniária. Outras decisões, por sua vez, possuem exequibilidade complexa e distante do contexto fático ao qual serão aplicadas. Sendo assim, acabam se tornando decisões vazias e sem efetiva proteção ao direito tutelado.

Mas o direito não serve para proteger os bens jurídicos? Uma decisão que se torna vazia, portanto, não seria antijurídica?

---

<sup>13</sup> Artigo intitulado “artigo Art. 20 da LINDB Dever de transparência, concretude e proporcionalidade nas decisões públicas”.

<sup>14</sup> Artigo intitulado “artigo Art. 20 da LINDB Dever de transparência, concretude e proporcionalidade nas decisões públicas”. Pag 01.

Ora, tal análise é fundamental para defender que os juízes cada vez mais tomem conta da necessidade de adequação das leis aos contextos fáticos, sendo o instrumento desse processo a decisão judicial. Competente para dizer e tornar efetiva a concretização de um comando normativo e dotado ainda de dinamicidade – comparada a rigidez das normas - cabe ao juiz entender de que maneira a aplicação da norma deve se dar para que se tenha protegido o bem jurídico e consequentemente a realização da justiça, e não apenas do direito.

Há ainda um outro grande fator que timidamente foi pontuado no primeiro parágrafo, qual seja: o fator tempo. Uma norma é realizada em um determinado período, com base em necessidades oriundas de contextos fáticos anteriores a elaboração da norma. Porém, é característico do mundo real a modificação constante e o surgimento de novas profissões, novos delitos, novas concepções de certo e errado. A “aceleração do tempo” como define o professor Marçal é porem uma característica contrária ao âmago da norma e da cultura jurídica, pois afeta sobremaneira a segurança jurídica, ocasionando efeitos de importância ímpar (ausência de noção pela sociedade civil de certo ou errado, distanciamento de investidores econômicos por entenderem que a todo momento terão de readequar suas operações e a consequente diminuição de postos de trabalho, impossibilidade de estruturação de um sistema judiciário, pois os julgamentos se delongariam mais do que a existência das normas e uma série de outros fatores). Ou seja, além de intérprete da norma o Juiz é ainda atualizador da mesma. Obviamente que por tudo já relatado acima quanto à impossibilidade de alteração legal a todo momento, bem como ciente da tripartição dos poderes, não se entende atualização da norma como nova grafia desta, mas sim adequação do seu conteúdo com base no caso prático.

E não pensemos que esse papel do julgador seria o criticado papel de ativismo judicial nem se defende aqui uma novação jurídica. O que devemos deixar claro é que as normas em geral possuem em seu comando algumas soluções, cabendo àquele com competência decisória estabelecer a mais justa delas.

Ora, se assim não se adotar notaremos um efeito dominó apto a realizar o direito, mas não a justiça. Os exemplos disso serão melhor abordados no próximo subitem deste trabalho.

## 5.2 OS PREJUÍZOS QUE PODEM SER OCASIONADOS AOS ATLETAS E AO ESPORTE EM AMBOS OS CASOS PRÁTICOS ANALISADOS

Tratada de maneira teórica a questão das decisões judiciais é preciso alinhá-la com os temas centrais do presente trabalho. Além disso, é necessário conceder exemplos práticos das decisões vazias ou inexecutáveis sob pena empobrecimento desta pesquisa. Vamos então nos ater aos casos Paulo André e Maicon e as suas respectivas decisões.

Rememorando ainda os casos ressaltamos o conteúdo decisório favorável à concessão de DSR ao atleta Paulo André e de adicional noturno ao Atleta Maicon. Tais decisões acabaram culminando em valor pecuniário devido pelas entidades desportivas aos seus empregados, mas tiveram consequências além do débito. O <sup>15</sup>Corinthians, por exemplo, solicitou não jogar mais aos fins de semana e em horários noturnos. Notem o quão prejudicial esse pedido pode se tornar se endossado pelos demais clubes. Para clarificar tal situação vamos citar e explicar cada um dos possíveis prejuízos iniciando pelo mais obvio deles: Perda ou redução significativa dos espectadores das partidas.

Ora, a adoção de horários de jogos em dias de semana e períodos anteriores a 20:30 (estabelece-se este horário, pois seria o primeiro da faixa capaz de incidir o adicional noturno, pois finalizaria após as 22) culminaria em concorrência com o horário comercial da população brasileira. Por obvio, teríamos cada vez menos público nos estádios, gerando menos renda de bilheteria. Em paralelo, teríamos cada vez menos pessoas podendo assistir as partidas e gerando audiência televisiva ainda menor, desencadeando em um outro grande problema.

Tal problema seria a redução das cotas de televisão repassadas aos clubes, pois nitidamente haveriam menos pessoas assistindo aos jogos, tornando o produto menos interessantes às redes de televisão. Ocorre que a maior parte da renda de um clube de futebol é oriunda exatamente das cotas de tv e isso impactaria no orçamento financeiro das equipes, gerando um terceiro dano.

---

<sup>15</sup> Moura, Raul. Devido a processos, Corinthians pede para não jogar mais à noite e aos domingos. Disponível em: <<https://tntsports.com.br/futebolbrasileiro/Devido-a-processos-Corinthians-pede-para-no-jogar-mais--noite-e-aos-domingos-20200511-0031.html>>. Acesso em 08/02/2021 às 20:25.

A menor arrecadação e diminuição de fatia importante do orçamento das entidades desportivas acabaria culminando em menor capacidade financeira, devendo haver um reequilíbrio de despesas e consequentemente a prática de menores salários ou até mesmo da extinção de alguns postos de empregos não fundamentais (é irrazoável cogitar a demissão de pessoas que ocupam cargos de portaria, bilheteria e até funcionários sobressalentes nos clubes diante do cenário acima desenhado?).

Esse reequilíbrio de contas culminaria diretamente em um outro movimento que seria a evasão de jogadores com mercados externos (Ásia, América Central e países do segundo ou terceiro escalão futebolísticos da Europa). Cada vez menos seria possível ver um campeonato com “Gabigol”, Rafinha, Filipe luís, Jô, Pedro, Pepê e diversos outros bons jogadores que elevam o nível dos nossos campeonatos nacionais. Sendo assim, o futebol se tornaria um produto ainda menos interessante.

Ora, se teríamos então um futebol menos interessante e com dificuldade de acesso, consequentemente teríamos a redução dos valores oferecidos a título de patrocínio, levando em conta aqui os valores para estampar a camiseta de um clube, mas também para placas e espaços nos estádios. Os chamados “Naming rights” – alcunha dada a venda de direitos de exploração de um nome, como exemplo de estádios - então teriam uma desvalorização exacerbada. Esse fator estrangularia ainda mais a saúde financeira dos clubes, acentuando alguns dos problemas narrados acima.

Haveria ainda uma outra consequência com impacto direto no salário dos atletas de futebol, qual seja a diminuição do valor total pago por direito de imagem. Ora, esse instituto é repassado pelas redes de tv para os clubes que os distribuem entre os atletas atuantes de uma partida. Mas se o interesse comercial pelas transmissões for menor, consequentemente o valor bruto pago também será e assim o valor recebido pelos próprios atletas.

Mas não bastasse todo o cenário descrito acima há ainda dois grandes prejuízos a serem abordados: o prejuízo histórico cultural e a inconstitucional influência na autonomia desportiva.

Quanto ao primeiro, é nítido o quanto se poderia depreciar o futebol brasileiro. Mas vale ressaltar que no Brasil não se trata apenas de um esporte ou profissão. O futebol é patrimônio histórico cultural brasileiro do mais alto escalão, sendo produto de união e atenção por décadas e décadas. Há famílias inteiras dedicadas ao futebol,

há museus do futebol, há músicas cantando o futebol, enfim uma enormidade de aspectos culturais que se apoiam ou apoiaram neste esporte tão brasileiro.

Já em relação a autonomia desportiva garantida através do artigo 217 da CF é preciso ressaltar o que já foi dito no item 3.1 deste trabalho. Nosso constituinte garantiu a autonomia administrativa às entidades de organização do desporto. Deste modo, cabe à CBF organizar o calendário e estabelecer os horários das partidas. Entretanto, a adoção de decisões que mesmo indiretamente obriguem os clubes, a pressionarem a CBF para não realizar os jogos em horários capazes de incidir adicional noturno ou jogos aos fins de semana capazes de ocasionar o DSR, interferiria na capacidade de administração e gestão do desporto, interferindo de sobremaneira na autonomia constitucionalmente garantida.

Notem a enormidade de fatores elencados acima que podem sofrer influência negativa de decisões que desconsiderem o cenário fático do futebol. É importante também ponderar que os prejuízos apontados acima são decorrentes de um cenário mais trágico, porém alguém cogita dizer que tais situações não podem vir a ocorrer se as decisões judiciais tomarem o rumo das do caso Paulo André e Maicon ou até as utilizarem como jurisprudência? É impensável que os clubes se unam para solicitar a adequação do cenário futebolístico ao cenário judicial em caso de consolidação de entendimento conforme os casos aqui estudados? É exigir algo muito complexo dos atores do poder judiciário ponderar a ocorrência destas consequências?

Notem que atualmente, os passivos trabalhistas são um dos maiores calos das entidades de futebol profissional e que um agravamento desta situação pode gerar um enfraquecimento geral dos clubes. Entendamos também que é um nicho empregatício que não pode simplesmente ser estrangulado pela não compreensão de sua dinâmica pelo poder judiciário, devendo haver um equilíbrio entre Direito e Futebol.



## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inicialmente é preciso reiterar todos os agradecimentos realizados na folha específica para este fim. Sem as pessoas ali citadas não seria possível a conclusão desta pesquisa com a profundidade que ela adquiriu, bem como não seria factível estabelecer as conclusões que ao longo do trabalho foram timidamente aparecendo e que agora ganharam papel central.

Ora, e a primeira delas é a importância de um Direito Desportivo complexo e autônomo. Durante toda esta pesquisa ficou evidente o distanciamento entre o mundo desportivo e o mundo do direito, de modo que é preciso entender e ampliar o escopo de atuação do Direito Desportivo. É salutar retirar este direito apenas do âmbito do julgamento das infrações cometidas em competições, tornando este ramo mais complexo, robusto e capaz de servir de ponte entre as matérias tradicionais e o mundo do esporte. É necessário trazer esta matéria para a academia a fim de produzir um amadurecimento e um ambiente que consiga coerentemente ligar a teoria à prática.

Adiante é fundamental que se possa haver a discussão sobre os pontos especificamente levantados no capítulo 4 deste trabalho. A adoção do treino regenerativo como parte integrante do DSR, a questão da suposta hipossuficiência do jogador de futebol, o adicional noturno e o adicional de insalubridade devem ser mais extensamente debatidos, tendo em consideração todos os pontos aqui levantados e os inúmeros outros que possam vir a existir com o florescimento de um Direito Desportivo maduro e o devido espaço na academia. Assim como as normas, este presente trabalho traz conceitos abertos e abstratos que devem ser analisados e ponderados na busca de uma integração melhor entre direito e esporte.

Além disso, é preciso que esse diálogo entre matéria e realidade seja constantemente realizado, sendo necessário cobrar dos juízes o raciocínio em relação às suas decisões. É inaceitável que os operadores do direito sejam meros reprodutores de escritas legislativas, sendo necessário que tomem o papel de intérprete de Leis. Salutar também é garantir a autonomia constitucionalmente garantida pela Constituição ao esporte, não apenas por se tratar de preceito constitucional, e sim por se tratar de um patrimônio histórico, cultural e fonte geradora de emprego, renda e lazer para grande parcela da população brasileira.

Por fim, é fundamental consolidar a especificidade do ambiente esportivo e entendê-la por completo, pois a adoção de medidas judiciais, legislativas ou até administrativas que desconsiderem esse fator poderão incorrer em prejuízos

inigualáveis para produtos culturais, conglomerados de empresas e companhias que atuam em prol ou em paralelo ao esporte e, principalmente, em relações econômico-empregatícia que movimentam uma soma sensível de capital e geram uma enormidade de postos de trabalho formais e informais.

## REFERÊNCIAS

BRASIL.[Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.615/98. **Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências**. (Lei Pelé)

BRASIL. Lei nº 5.542/43. **Institui a Consolidação das Leis do Trabalho**. (Clt)

**Curso de direito do trabalho**. Delgado, Maurício Godinho. Pág. 108 a 114. Editora LTR, 13ª Ed.

**Do Contrato Social**. Rousseau, Jean Jacques. Cap. VI. Editora Martin Claret; 1ª edição.

ZAINAGHI, Domingos Sávio. **Os atletas profissionais de futebol no Direito do Trabalho**. São Paulo, Editora. LTR, 1998.

VEIGA da, Mauricio de Figueiredo Correa. **Manual de Direito do Trabalho Desportivo**. São Paulo, Editora LTR, 2016

**Leveling the Playing Field: How the law can make sports better for fans**. Londres, Inglaterra. Editora da Faculdade de Harvard: 1ª edição.

Filho, Marçal Justen. **Art. 20 da LINDB Dever de transparência, concretude e proporcionalidade nas decisões públicas**. Revista de Direito Administrativo, Edição especial: Direito Público na Lei de Introdução das Normas de Direito Brasileiro. Rio de Janeiro.

Charles, G.C. **jogadores de futebol profissional são assessorados por equipe especializada no assunto**. Curitiba, 03 de fev. de 2021. Informação verbal.

Barbosa, S. **jogadores de futebol profissional são assessorados por equipe especializada no assunto**. Curitiba, 03 de fev. de 2021. Informação verbal.

Wambier, P. **jogadores de futebol profissional são assessorados por equipe especializada no assunto**. Curitiba, 03 de fev. de 2021. Informação verbal.

Araújo de, V.T. **jogadores de futebol profissional são assessorados por equipe especializada no assunto**. Curitiba, 03 de fev. de 2021. Informação verbal.

**Ação Judicial nº 001661-52.2014.5.02.0607**. 7ª Vara do Trabalho da Zona Leste de São Paulo – SP.

**Acórdão TST Insalubridade**. Disponível em <https://www.conjur.com.br/dl/decisao-cbf-tst.pdf>. Acesso em: 24/01/2021.

Moura, Raul. **Devido a processos, Corinthians pede para não jogar mais à noite e aos domingos.** Disponível em: <<https://tntsports.com.br/futebolbrasileiro/Devido-a-processos-Corinthians-pede-para-no-jogar-mais--noite-e-aos-domingos-20200511-0031.html>>. Acesso em 08/02/2021 às 20:25.

Disponível em: < <https://pt.science19.com/what-is-hottest-time-of-day-2329>> Acesso em: 25/01/2021.

**NR 15.** Disponível em [https://sit.trabalho.gov.br/portal/images/SST/SST\\_normas\\_regulamentado\\_ras/NR-15-atualizada-2019.pdf](https://sit.trabalho.gov.br/portal/images/SST/SST_normas_regulamentado_ras/NR-15-atualizada-2019.pdf) Acesso em: 20/01/2021

**Regulamento Geral de Competições da CBF.** Disponível em < <https://www.cbf.com.br/futebol-brasileiro/noticias/index/cbf-publica-na-integra-o-regulamento-nacional-de-competicoes-2019>> Acesso em: 25/01/2021.

**Maicon ganha do São Paulo na Justiça esse defende: “Menos mimimi”.** Portal Lance. Disponível em: <https://www.lance.com.br/sao-paulo/maicon-ganha-justica-defende-menos-mimimi.html> Acesso em: 27/01/2021.

**O tripé em que se baseia a Lex Sportiva.** Camargos, Wladimir. Disponível em: < <https://leiemcampo.com.br/o-tripe-em-que-se-baseia-a-lex-sportiva/>> acesso: em 06/02/2021.

**Atletas profissionais podem exigir descanso semanal e adicional noturno?** Rodrigo R. Monteiro de Castro. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/coluna/meio-de-campo/326676/atletas-profissionais-podem-exigir-descanso-semanal-e-adicional-noturno>. Acesso em: 06/02/2021